



O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPA E O MUNDO DO TRABALHO

THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE PHYSICAL EDUCATION DEGREE PROGRAM AT UFPA AND THE WORLD OF WORK

EL PROYECTO PEDAGÓGICO DEL CURSO DE EDUCACIÓN FÍSICA DE LA UFPA Y EL MUNDO DEL TRABAJO

Adriano França Borges¹

Carlos Nazareno Ferreira Borges²

Renan Santos Furtado³

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do Centro Avançado de Estudos em Educação e Educação Física (CAÊ/UFPA). Professor da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0258894671525710>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0923-8256>

² Graduado em Educação Física pela Fundação Educacional do Estado do Pará. Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Líder do Centro Avançado de Estudos em Educação e Educação Física (CAÊ/UFPA). Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2548063126332942>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1908-3315>

³ Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do Centro Avançado de Estudos em Educação e Educação Física (CAÊ/UFPA). Professor da Escola de Aplicação da UFPA e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (PPGED/UFPA).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0724633321532061>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7871-2030>

Correspondência para: profadrianofrancab@gmail.com

Recebido em 15 de dezembro de 2025

Primeira decisão editorial em 01 de julho de 2026.

Segunda decisão editorial em 08 de agosto de 2026.

Aceito em 19 de agosto de 2026

Resumo: Este artigo analisa criticamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém, buscando compreender em que medida sua proposta formativa se articula com as determinações do mundo do trabalho e com as demandas de atuação profissional, especialmente em espaços não escolares, como academias de ginástica e clubes. A partir de uma análise documental do PPC, dialogando com autores do campo da crítica ao trabalho e à educação, examinam-se: a) os elementos estruturantes do curso, com destaque para carga horária, estágios e práticas como componente curricular; b) a defesa de uma formação ampliada, ancorada na docência como eixo comum para atuação em diferentes campos; c) as referências ao mercado de trabalho e às exigências de competitividade no capitalismo contemporâneo; d) as contradições presentes na articulação entre uma retórica de emancipação e justiça social e a incorporação de princípios compatíveis com o receituário neoliberal. Argumenta-se que o PPC, ao mesmo tempo que reivindica um perfil crítico e comprometido com a transformação social, tende a adequar os futuros professores às condições precarizadas de trabalho vigentes, sobretudo no âmbito da indústria do fitness, sem oferecer, de modo sistemático, instrumentos teórico-críticos suficientes para problematizá-las.

Palavras-chave: Educação Física; Projeto Pedagógico de Curso; Mundo do trabalho; Indústria do fitness; Formação docente.

Abstract

This article critically analyzes the Pedagogical Project of the Degree Program (PPC) in Physical Education at the Federal University of Pará (UFPA), Belém campus, seeking to understand to what extent its educational proposal is articulated with the determinations of the world of work and with the demands of professional practice, especially in non-school settings such as fitness centers and sports clubs. Based on a documentary analysis of the PPC, in dialogue with authors from the field of critical studies on work and education, the following aspects are examined: (a) the structural elements of the program, with emphasis on workload, internships, and practices as curricular components; (b) the defense of a broadened education, grounded in teaching as a common axis for professional practice in different fields; (c) references to the labor market and the requirements of competitiveness in contemporary capitalism; and (d) the contradictions present in the articulation between a rhetoric of emancipation and social justice and the incorporation of principles compatible with the neoliberal agenda. It is argued that the PPC, while claiming to promote a critical profile committed to social transformation, tends to adapt future teachers to the precarious working conditions currently in force—especially within the fitness industry—without systematically providing sufficient theoretical and critical tools to problematize them.

Keywords: Physical Education; Pedagogical Course Project; World of work; Fitness industry; Teacher education.

Resumen

Este artículo analiza críticamente el Proyecto Pedagógico del Curso (PPC) de la Licenciatura en Educación Física de la Universidad Federal de Pará (UFPA), campus Belém, con el objetivo de comprender en qué medida su propuesta formativa se articula con las determinaciones del mundo del trabajo y con las demandas de la actuación profesional, especialmente en espacios no escolares, como gimnasios y clubes deportivos. A partir de un análisis documental del PPC, en diálogo con autores del campo de la crítica al trabajo y a la educación, se examinan: (a) los elementos estructurantes del curso, con énfasis en la carga horaria, las prácticas supervisadas y las prácticas como componente curricular; (b) la defensa de una formación ampliada, anclada en la docencia como eje común para la actuación en diferentes campos; (c) las referencias al mercado laboral y a las exigencias de competitividad en el capitalismo contemporáneo; y (d) las contradicciones presentes en la articulación entre una retórica de emancipación y justicia social y la incorporación de principios compatibles con el ideario neoliberal. Se sostiene que el PPC, al mismo tiempo que reivindica un perfil crítico y comprometido con la transformación social, tiende a adecuar a los futuros docentes a las condiciones precarizadas de trabajo vigentes, especialmente en el ámbito de la industria del fitness, sin ofrecer de manera sistemática instrumentos teórico-críticos suficientes para problematizarlas.

Palabras clave: Educación Física; Proyecto Pedagógico del Curso; Mundo del trabajo; Industria del fitness; Formación docente.

Introdução

A formação de professores em Educação Física no Brasil tem sido tema de intensos debates desde os seus primórdios institucionais, nos anos 1930. Algumas problemáticas permeiam essa história, tais como: as discussões acerca do tempo de duração e o formato dos

curiosos, a composição dos currículos, a ênfase na dimensão técnica ou nas chamadas “disciplinas teóricas”, a formação para o mercado de trabalho ou para a apropriação crítica dos conhecimentos, profissional generalista ou especialista, licenciatura ou bacharelado, cursos presenciais ou de educação a distância (Azevedo; Malina, 2004; Bracht, 2019, 2024; Broch *et al.*, 2020).

No meandro desse processo, a formação em Educação Física no Brasil tem sido tensionada por mudanças legais, disputas de projetos de sociedade e reconfigurações do mundo do trabalho. Em particular, a emergência e a consolidação da indústria do fitness e de novos mercados de lazer, consumo e cuidado de si recolocam a questão da atuação profissional para além da escola, ao mesmo tempo que intensifica processos de precarização, terceirização e “empreendedorização” dos trabalhadores da área.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém, constitui um documento privilegiado para compreender como uma instituição pública da região amazônica responde, em seu currículo formal, às demandas do mundo do trabalho e às exigências legais de formação docente. O PPC não apenas define carga horária, estrutura curricular e organização dos estágios, mas também explicita concepções de educação, de corpo, de prática pedagógica e de sociedade.

Algumas pesquisas já se debruçaram sobre aspectos estruturantes da formação inicial na instituição. Aranha (2011), ao investigar currículos de formação de professores de Educação Física no estado do Pará, incluiu a UFPA em sua análise e evidenciou as tensões entre diretrizes nacionais, especificidades regionais e visões divergentes sobre formação docente. Martins (2017), por sua vez, examinou o estágio curricular supervisionado no curso de Licenciatura em Educação Física da UFPA/Belém, destacando como as práticas formativas expressam concepções pedagógicas presentes no currículo oficial e suas implicações para o trabalho docente. Mais recentemente, Costa e Pena (2025) discutiram as percepções sobre o estágio a partir de um estado do conhecimento, ressaltando limites e potencialidades da formação para a atuação profissional.

Apesar de suas contribuições, esses estudos não exploram de maneira sistemática as relações entre o currículo formal e as transformações contemporâneas do mundo do trabalho em Educação Física, especialmente no campo não escolar e no setor fitness. As reconfigurações recentes da indústria do exercício, os processos de empreendedorização, a mercantilização das práticas corporais e a emergência de novos espaços de atuação profissional tensionam a formação inicial e ampliam os desafios postos aos cursos de licenciatura na área. Identificar

como o PPC da UFPA responde – ou não – a essas mudanças torna-se uma tarefa fundamental para compreender contradições e possibilidades formativas no contexto amazônico.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar criticamente o PPC do curso de Educação Física da UFPA/Belém, focalizando suas relações com o mundo do trabalho e com a atuação profissional em diferentes espaços, sobretudo em academias de ginástica, clubes e demais ambientes não escolares. Interessa-nos compreender em que medida a formação proposta contribui para uma leitura crítica das condições concretas de trabalho ou tende, ao contrário, a reforçar processos de adaptação às formas contemporâneas de exploração e mercantilização das práticas corporais.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, ancorado na análise documental do PPC de Licenciatura em Educação Física da UFPA/Belém, finalizado em 2011 e implementado em 2012. O PPC é tomado como fonte central de investigação porque expressa formalmente o projeto formativo assumido pela instituição. Sendo assim, no que diz respeito às fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto, tem-se uma pesquisa de caráter documental (Severino, 2016).

Vale destacar que, no que se refere à orientação teórico-metodológica mais ampla no campo da pesquisa documental, corroboramos Evangelista (2012), que assinala que o trabalho com documentos em política educacional deve considerá-los não apenas como diretrizes político-pedagógicas para a atuação docente em determinada esfera educacional, mas, sobretudo, como expressão de uma consciência histórica, produzida no seio de disputas e tensões entre grupos sociais e projetos históricos distintos. Por essa razão, para além da análise mais restrita do PPC do curso de Educação Física da UFPA/Belém, buscaremos compreender alguns aspectos da conjuntura contemporânea que influenciam a materialidade da sua orientação formativa. Mais especificamente, trataremos das conexões entre a proposta de formação do documento, relacionada com transformações no mundo do trabalho em Educação Física, com foco no que a literatura especializada da área tem denominado de indústria do fitness e de novos mercados de lazer, consumo e cuidado de si.

A análise do documento foi orientada por dois movimentos complementares, a saber:

1. Levantamento e sistematização de elementos estruturantes do curso, tais como carga horária total, distribuição entre componentes teóricos e práticos, organização dos

estágios supervisionados e ementas de disciplinas diretamente relacionadas à atuação em academias de ginástica e outros espaços não escolares;

2. Interpretação crítica do discurso curricular, articulando o conteúdo do PPC com referenciais teóricos que discutem o trabalho no capitalismo contemporâneo, a mercantilização das práticas corporais e a relação entre educação e hegemonia, como Antunes (2009), Mészáros (2002), Netto e Braz (2012), Adorno e Horkheimer (2002) e Mascarenhas *et al.* (2007). Esse segundo movimento busca se aproximar dos preceitos de Evangelista (2012), especialmente da ideia de que é preciso confrontar criticamente os documentos com aspectos que constituem a dinâmica da realidade social.

O foco da análise recai sobre as tensões entre, de um lado, a defesa de uma formação de caráter ampliado, crítica e comprometida com a transformação social e, de outro, a incorporação de categorias como “competitividade”, “sobrevivência no mercado de trabalho” e “mundo globalizado e altamente competitivo”, que aproximam o PPC do receituário neoliberal.

A partir desse processo analítico, foi possível identificar três eixos estruturantes que orientaram a discussão apresentada nas seções seguintes. O primeiro eixo diz respeito aos elementos formais e organizativos do curso, compreendendo a distribuição da carga horária, a estrutura curricular, a configuração dos estágios e a presença – ainda que limitada – de componentes voltados à atuação em espaços não escolares. O segundo eixo refere-se à articulação entre formação inicial, mundo do trabalho e indústria do fitness, destacando as tensões entre o discurso de formação ampliada presente no PPC e as demandas competitivas e mercantilizadas que atravessam o setor. Por último, o terceiro eixo contempla as concepções pedagógicas e disputas de projeto formativo, apontando contradições internas do documento, especialmente no que concerne à combinação de abordagens críticas, perspectivas adaptativas e elementos alinhados à lógica neoliberal.

Frisamos que esses três eixos não foram definidos a priori, mas emergiram da própria análise documental, à medida que determinados padrões discursivos, escolhas curriculares e omissões se destacaram como centrais para compreender o projeto formativo da UFPA/Belém. Dessa forma, eles constituem a base interpretativa que sustenta as análises desenvolvidas nas próximas seções deste artigo.

Elementos estruturantes do curso de Educação Física da UFPA/Belém

O PPC em vigor refere-se ao curso denominado “Educação Física – Licenciatura”, pertencente ao Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA/Belém, criado em 2006 como resposta à demanda de estudantes que precisavam se deslocar até Castanhal para cursar Educação Física (UFPA, 2011). Finalizado em 2011 e implementado em 2012, o projeto passou, desde 2016, a ser objeto de discussões para reformulação, o que reforça a pertinência desta análise como subsídio para esse processo.

Embora o PPC analisado tenha sido finalizado em 2011 e aprovado institucionalmente em 2012, as discussões acerca de sua reformulação passaram a integrar a agenda acadêmica da Faculdade de Educação Física nos anos seguintes. Segundo informação coletada junto à secretaria da faculdade, esse processo teve início em 2016. O Relatório Anual de Atividades do ICED referente a 2017 registrou que o Núcleo Docente Estruturante atuava na reformulação do PPC, cuja conclusão estava, naquele momento, prevista para abril de 2018 (UFPA, 2018). Entretanto, o Relatório Anual de Atividades de 2020 voltou a apresentar, entre as ações de gestão acadêmica, a atualização dos projetos de curso da Faculdade de Educação e da Faculdade de Educação Física a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (UFPA, 2020). A permanência desse tema nos documentos institucionais demonstra que a reformulação se prolongou para além do prazo inicialmente anunciado. Até o encerramento desta análise, não foi localizada, nas fontes públicas institucionais consultadas, uma nova versão aprovada do PPC, permanecendo o documento aprovado em 2012 pela instituição como o projeto pedagógico em vigência.

Nesse intervalo, o processo de reformulação passou a ser atravessado por novas determinações legais, entre as quais se destacam a Resolução CNE/CES n.º 6/2018, que instituiu as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Educação Física, e a Resolução CNE/CP n.º 4/2024, relativa à formação inicial, em nível superior, dos profissionais do magistério da Educação Básica. Essas alterações recolocam questões relacionadas à identidade da formação, à articulação entre licenciatura e bacharelado, à organização dos estágios e à relação entre a atuação escolar e os diferentes espaços não escolares.

O curso apresenta carga horária total de 3.107 horas, em regime seriado semestral, modalidade presencial, com oferta de 46 vagas por turma e duração mínima de oito e máxima de doze semestres (UFPA, 2011). À época de sua elaboração, o PPC seguia os parâmetros da Resolução CNE/CP n.º 02/2002, então vigente, a qual estabelecia, entre outros aspectos, um mínimo de 400 horas de estágio supervisionado curricular – a serem cumpridas a partir da segunda metade do curso – e 400 horas de prática como componente curricular. Em

conformidade com essa normativa, o documento define 598 horas de prática como componente das disciplinas e 408 horas de estágio supervisionado, distribuídas a partir do quinto semestre.

É importante ressaltar que após a aprovação desse PPC, o marco legal da formação de professores no Brasil passou por alterações, com a publicação de novas diretrizes e resoluções que redefinem princípios, organização e carga horária dos cursos de licenciatura. Ainda que tais normativas não se apliquem diretamente ao documento analisado, elas evidenciam a necessidade de revisões curriculares periódicas, de modo a acompanhar as mudanças legais e as transformações nas demandas do mundo do trabalho docente.

No que se refere aos estágios, o documento prevê momentos em sala e em campo. As atividades em sala são concebidas como espaços de problematização, relato e socialização das experiências vividas em campo, enquanto as atividades de campo visam oportunizar o diálogo entre as diferentes disciplinas do curso (UFPA, 2011). Apesar da ênfase na articulação ensino-pesquisa-extensão, o PPC não explicita, de forma sistemática, mecanismos institucionais de acompanhamento ou avaliação contínua das necessidades do mundo do trabalho e das peculiaridades regionais, embora reivindique autonomia e flexibilidade para responder a tais demandas.

Um ponto revelador diz respeito à disciplina “Educação Física em Academias”, cuja carga horária foi reduzida de 68 para 51 horas. A ementa indica uma proposta ampla, envolvendo infraestrutura, gestão, recursos humanos, bases teórico-metodológicas, planejamento e execução de programas de ginástica, musculação, hidroginástica e orientação personalizada (UFPA, 2011), mas a diminuição da carga horária sinaliza, no interior do próprio currículo, a secundarização da formação específica para atuação em academias de ginástica, mesmo quando o PPC reconhece esse espaço como um dos três principais campos de trabalho no estado (juntamente com escolas e clubes).

A importância de uma formação que prepare o futuro professor de Educação Física para atuar em espaços não escolares tem sido amplamente discutida na literatura. Lobo e Onofre (2010) destacam que a expansão do campo de intervenção da área exige currículos capazes de articular saberes que extrapolam o ambiente escolar, reconhecendo a especificidade pedagógica de academias, clubes, serviços de saúde e projetos sociais. Nogueira (2005) reforça que as práticas corporais são produzidas e ressignificadas em diferentes contextos socioculturais, demandando uma formação inicial sensível às múltiplas realidades de atuação. No mesmo sentido, Vieira Neto (2009) aponta que a crescente mercantilização do corpo e das práticas de exercício tem deslocado parte significativa da intervenção profissional para ambientes

mediados pela lógica do consumo, o que exige do professor uma compreensão crítica sobre esses espaços.

Nesse contexto, a redução da carga horária da disciplina destinada à atuação em academias de ginástica contrasta com a centralidade que esses espaços assumem no mundo do trabalho, revelando uma contradição entre o discurso de formação ampliada presente no PPC e a organização curricular efetivamente proposta.

Formação ampliada, mundo do trabalho e indústria do fitness

O PPC da UFPA/Belém assume, como princípio, a defesa de uma licenciatura de caráter ampliado, que teria como eixo a atividade docente e permitiria ao egresso atuar em diferentes espaços educativos, escolares e não escolares. O documento afirma que a Faculdade de Educação Física proporcionará uma formação que qualifique a intervenção profissional em diversos ambientes, “tendo como base a atividade docente expressa no trabalho pedagógico” (UFPA, 2011, p. 7).

Essa defesa da formação única encontra respaldo em autores como Taffarel, Lacks e Santos Júnior (2006) e Quelhas e Nozaki (2006), bem como nas Resoluções CNE/CP 01/2002 e 07/2004. Nessa perspectiva, a docência é tomada como núcleo unificador do trabalho do professor de Educação Física, independentemente do espaço de atuação.

No entanto, ao articular essa proposta de formação ampliada com o mundo do trabalho concretamente existente, emergem tensões significativas. Antunes (2009) demonstra que, no capitalismo, uma das estratégias centrais para a manutenção da ordem é a ampliação do contingente de desempregados e subempregados, o que permite intensificar a exploração dos que permanecem empregados, condicionados a aceitar piores condições para manter seus postos. Nesse sentido, Both (2011) analisa, especificamente no campo da Educação Física não escolar, a recorrência de processos de terceirização, precarização e indução ao empreendedorismo como supostas soluções individuais para problemas estruturais, deslocando o foco da crítica das relações de produção para a “capacidade competitiva” dos sujeitos.

Nas configurações mais recentes da indústria do fitness, esses processos também assumem a forma da uberização e da plataformização do trabalho. A uberização não se limita ao uso de aplicativos, mas corresponde a uma forma de gestão e controle da força de trabalho baseada na remuneração por demanda, na transferência de riscos e custos ao trabalhador e na ausência de garantias associadas ao vínculo empregatício (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). No setor fitness, plataformas digitais passam a intermediar a relação entre profissionais e

consumidores, apresentando-se apenas como fornecedoras de tecnologia, enquanto transferem aos professores a responsabilidade pela prestação do serviço, pela captação e fidelização dos clientes e pela manutenção dos meios necessários ao trabalho (Sousa Neto, 2023).

Essas transformações aprofundam tendências já presentes na atuação dos profissionais. Silva (2023) identifica o crescimento do trabalho precário e liberal no setor, personificado na figura do atendimento personalizado, paralelamente à redução dos postos assalariados nas academias e à expansão dos modelos empresariais de baixo custo. Sant’Anna de Sousa, Frizzo e Ilha (2025), por sua vez, evidenciam a recorrência da informalidade, da baixa remuneração, dos múltiplos vínculos e da ausência de perspectivas estáveis de carreira. Nesse contexto, a denominada empreendedorização converte a insegurança e a desproteção em atributos supostamente positivos, como autonomia, flexibilidade e iniciativa individual.

À luz dessas análises, a referência, no PPC, a um mundo do trabalho “globalizado e altamente competitivo” e à necessidade de que o egresso possua competências para “aumentar suas perspectivas em termos de mercado de trabalho e sobreviver num mundo globalizado e altamente competitivo” (UFPA, 2011, p. 23) aproxima o documento de uma concepção adaptativa de formação. Em vez de problematizar as bases materiais da exploração e da precarização, o currículo parece direcionar o professor para melhor se ajustar a elas.

Mészáros (2002) ressalta que o capitalismo não se orienta pela satisfação das necessidades humanas, e sim pela reprodução ampliada do capital. Netto e Braz (2012) apontam a mercantilização generalizada na sociedade contemporânea, em que “tudo é vendável”, desde os cuidados aos idosos até o passeio de animais domésticos. No interior desse processo, a transformação das práticas corporais em mercadoria expressa o que Marx (2017) denominou de “fetichismo da mercadoria”, que revela a naturalização das relações sociais mediadas pela compra e venda, apagando o trabalho humano que lhes dá origem. Quando o PPC afirma formar professores para atuar criticamente em academias – entendidas como espaços da indústria cultural – sem desenvolver, de modo denso, a crítica à mercantilização do corpo e do movimento, corre-se o risco de que a noção de “criticamente” se converta apenas em adjetivo, e não em efetivo princípio formativo.

A relação entre indústria cultural e indústria do fitness, tal como apontada por Mascarenhas *et al.* (2007), indica um processo de padronização e racionalização da produção e circulação de bens culturais mercantilizados, no qual o lazer, o esporte e as práticas corporais são organizados como mercadorias. Adorno e Horkheimer (2002) mostram como a indústria

cultural aprisiona os consumidores “de corpo e alma”, produzindo conformismo e convertendo o divertimento em forma de acordo com a ordem vigente: “divertir-se significa estar de acordo”.

Bracht (2019) explicita que o espírito da sociedade contemporânea, de orientação consumista e marcada pela mercadorização do corpo e das experiências de prazer e emoção, tem colocado o campo das práticas corporais cada vez mais na dimensão do consumo privado das experiências de movimento. Nessa perspectiva, as práticas corporais assumem a condição de mercadorias que precisam satisfazer as múltiplas necessidades dos indivíduos que, via de regra, são atraídos para a esfera do consumo em virtude do teor de novidade e prestígio social que essas atividades apresentam.

Ao reconhecer as academias como espaços atravessados pela indústria cultural, o PPC parece dar um passo importante. Porém, ao não desdobrar esse diagnóstico em estratégias curriculares consistentes (seja em carga horária, seja em aprofundamento teórico ou em experiências de estágio e extensão), termina por manter uma distância entre discurso crítico e organização concreta da formação.

Abordagens pedagógicas, disputas de projeto e contradições internas

No que se refere às concepções pedagógicas, o PPC declara a intenção de superar a “mera reprodução do conhecimento” e o tecnicismo, propondo uma formação sustentada por diferentes perspectivas teóricas da Educação Física (UFPA, 2011, p. 11). O documento menciona, entre seus referenciais: a Cultura Corporal, que compreende os objetos de conhecimento (jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas) como práticas sociais historicamente produzidas; a perspectiva da Corporeidade, que enfatiza a dimensão sensível, afetiva e existencial do sujeito; e a Cultura do Movimento, formulada por Elenor Kunz, que destaca a compreensão crítica dos sentidos e significados do movimento humano na sociedade contemporânea. Também há referências às abordagens crítico-superadora e crítico-emancipatória, ambas associadas à renovação pedagógica da área, mas fundamentadas em matrizes teóricas distintas (UFPA, 2011).

A presença simultânea dessas abordagens no PPC, no entanto, não é acompanhada de uma explicitação clara sobre como elas se articulam aos objetos de conhecimento e aos objetivos formativos do curso. Como destacam Brito Neto (2009) e Santos Júnior (2013), a justaposição de perspectivas com fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos diferentes pode produzir um ecletismo teórico, no qual elementos de correntes incompatíveis convivem sem coerência interna. Em vez de ampliar possibilidades pedagógicas, tal

combinação tende a fragilizar a unidade do projeto formativo, dificultando que estudantes compreendam os pressupostos que orientam sua futura prática profissional.

Essa justaposição pode ser observada concretamente já na definição do objetivo geral do curso, que reúne, em uma mesma formulação, as noções de cultura corporal, cultura do movimento e corporeidade, atribuindo-lhes indistintamente a sustentação de uma postura crítico-construtiva. O problema não reside na simples presença de diferentes perspectivas, mas na ausência de mediações que explicitem suas diferenças e indiquem como elas orientam a seleção dos conhecimentos, a organização das disciplinas, as práticas de ensino, os estágios e os processos avaliativos.

A abordagem crítico-superadora, fundamentada em uma matriz marxista, compreende a cultura corporal a partir de sua produção histórica e de suas relações com a totalidade social, conferindo centralidade às contradições de classe e à transformação das condições concretas de existência. A perspectiva crítico-emancipatória de Kunz, por sua vez, aproxima-se da fenomenologia e atribui maior centralidade à experiência do sujeito, aos sentidos do movimento e à ação comunicativa. Quando essas matrizes aparecem como referências equivalentes, sem que suas diferenças ontológicas, epistemológicas e políticas sejam discutidas, o currículo tende a convertê-las em um repertório indistinto de conceitos considerados genericamente “críticos”.

Na organização curricular, essa indefinição manifesta-se na distribuição das práticas corporais em disciplinas de Bases Teóricas e Metodológicas, sem que o PPC determine claramente quais critérios teóricos devem orientar o tratamento pedagógico dos jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Assim, a mesma estrutura curricular pode comportar tanto uma leitura histórico-social dos conteúdos quanto abordagens centradas na experiência individual do movimento, sem esclarecer como essas concepções se relacionam ou como eventuais incompatibilidades devem ser enfrentadas. O ecletismo, portanto, não se limita ao plano das referências citadas, mas alcança a própria organização do trabalho pedagógico proposto.

Quando esse ecletismo teórico se articula à incorporação, no mesmo documento, de referências a um “mundo globalizado e altamente competitivo” em que o egresso deve “sobreviver”, emerge uma contradição estrutural no projeto formativo: o PPC anuncia uma formação crítica e emancipatória, mas simultaneamente naturaliza categorias centrais do discurso neoliberal, como a competitividade individual, a racionalidade de mercado e a responsabilização pessoal pela inserção profissional (UFPA, 2011).

Essa tensão se torna ainda mais evidente quando o documento apresenta o perfil profissional esperado do futuro egresso. Ao mesmo tempo que afirma defender a emancipação

humana, o PPC assume, com naturalidade, a ideia de competição entre trabalhadores e a necessidade de adaptação do professor às exigências do mercado. A esse respeito, o texto ressalta que o egresso:

Possuirá a competência técnica e a habilidade necessária à elaboração, execução e avaliação de programas de atividades físicas e esportivas aos vários segmentos sociais, bem como de programar atividades esportivas, lúdicas, de lazer e competitivas, será determinante para **lhe aumentar as perspectivas em termos de mercado de trabalho e para sobreviver num mundo globalizado e altamente competitivo** (UFPA, 2011, p. 23, grifo nosso).

Tal formulação demonstra que o PPC acaba por aderir a uma concepção de sociedade compatível com o receituário neoliberal, segundo o qual os indivíduos são concebidos como naturalmente competitivos, e o espaço social é reduzido a um meio para a satisfação de necessidades privadas (Netto; Braz, 2012). A formação docente, nesse horizonte, desloca-se do campo da crítica social para o da adaptação às exigências de um mercado precarizado e hierarquizado.

A crítica de Souza e Ramos (2017) reforça esse diagnóstico ao apontar que a Educação Física, historicamente, contribuiu para a produção e manutenção de padrões corporais funcionalmente ajustados ao capitalismo, tanto em suas demandas produtivas quanto estéticas. Assim, uma formação verdadeiramente crítica exigiria explicitar as relações entre corpo, trabalho e capital, bem como considerar o professor de Educação Física não apenas como mediador de práticas corporais, mas como trabalhador inserido em relações sociais marcadas por exploração, desigualdade e mercantilização.

Considerações finais

A análise do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPA/Belém permitiu identificar um conjunto de potencialidades e contradições na forma como a formação profissional é concebida em sua relação com o mundo do trabalho e com os diferentes espaços de atuação. Entre os aspectos positivos, destaca-se a defesa da docência como eixo estruturante da formação e como mediação pedagógica fundamental, inclusive em contextos não escolares. O documento também manifesta preocupação com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, reconhece academias de ginástica e clubes como campos relevantes de atuação profissional no contexto regional e incorpora, em seu discurso curricular, referências

à crítica ao tecnicismo, à indústria cultural e à necessidade de formar profissionais comprometidos com a justiça social.

Essas potencialidades, entretanto, convivem com limites significativos na organização e na fundamentação do projeto formativo. A redução da carga horária de componentes curriculares diretamente relacionados à atuação em academias de ginástica tende a secundarizar a formação específica para esse campo, apesar de sua crescente relevância no mundo do trabalho. Soma-se a isso a ausência de mecanismos sistemáticos e explicitados de acompanhamento das condições concretas de inserção e atuação profissional dos egressos, o que fragiliza a pretensão de aproximar o currículo das demandas sociais sem reduzi-lo à lógica da empregabilidade. Também se evidencia a combinação de abordagens pedagógicas fundamentadas em matrizes teóricas distintas, sem a apresentação das mediações necessárias para garantir a coerência político-pedagógica do curso.

À luz de autores como Antunes (2009), Mészáros (2002), Netto e Braz (2012) e Adorno e Horkheimer (2002), é possível inferir que o PPC, ao mesmo tempo que afirma formar profissionais críticos, corre o risco de contribuir para aquilo que Marin *et al.* (2011) chamam de formação para o desemprego ou, ainda, para a adequação do trabalhador a um mundo do trabalho cada vez mais precarizado, sem lhe oferecer ferramentas teórico-políticas robustas para compreender e questionar essa condição. Portanto, a incorporação de uma linguagem marcada pela competitividade tende a aproximar o PPC de uma perspectiva adaptativa, orientada pelas exigências do capital, em vez de promover uma crítica mais consistente às formas contemporâneas de exploração, precarização e individualização da responsabilidade pela inserção profissional.

Os resultados desta análise reforçam a necessidade de que o processo de reformulação do PPC da UFPA/Belém incorpore, de forma mais consequente, a crítica às dinâmicas da indústria do fitness, à mercantilização das práticas corporais e às formas de precarização do trabalho docente em espaços escolares e não escolares, articulando formação ampliada e projeto societário de transformação, e não apenas de adaptação.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>. Acesso em: dez. 2025.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANHA, Otávio Luis P. **Currículos na formação de professores de Educação Física no Estado do Pará**: conteúdos curriculares, concepções pedagógicas e modelos de profissionalidade. 2011. 271 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de; MALINA, André. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 129-142, jan. 2004.

BOTH, Vilmar José. Crise estrutural do capital, mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 36, p. 45-62, jun. 2011.

BRACHT, Valter. **A educação física escolar no Brasil**: o que ela vem sendo e o que ela pode ser (elementos de uma teoria pedagógica da educação física). Ijuí: Unijuí, 2019.

BRACHT, Valter. Panorama e perspectivas da formação inicial e continuada em Educação Física no Brasil. **Kinesis**, [s. l.], v. 42, número especial, 2024.

BRITO NETO, Anibal Correia. **O impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Educação Física do Estado do Pará**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

BROCH, Caroline *et al.* A expansão da educação física no ensino superior brasileiro. **J. Phys. Educ.**, Maringá, v. 31, e3143, 2020.

COSTA, Jonhny Oliver Negrão Monteiro da; PENA, Selma Costa. Formação de professores de Educação Física na UFPA: um estudo baseado no estado do conhecimento acerca das percepções do estágio curricular supervisionado. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 12, n. 31, p. 194-207, abr./jun. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/22677>. Acesso em: 10 dez. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 52-71.

LOBO, Pítias Alves; ONOFRE, Tiago. O mundo do trabalho e a Educação Física: a formação em questão. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 83, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/73>. Acesso em: 3 dez. 2025.

MARIN, Elizara Carolina; SOUZA, Maristela da Silva; RIBAS, João Francisco Magno; DECIAN, Marluce Raquel; HERBST, Fabiane Rossato. Formação continuada em Educação

Física: relação entre mundo do trabalho, políticas educacionais e educação. **Movimento**, Porto Alegre, n. 02, p. 259-278, abr./jun. 2011.

MARTINS, Rafael Costa. **O estágio curricular supervisionado e a organização do trabalho pedagógico**: um estudo no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará/Guamá. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/items/9b519786-812e-4276-bf9a-988ce906acec>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARENHAS, Fernando; VIEIRA, Carlos Alexandre; MARQUES, Taianne Marya Alves; BORGES, Paulo José Albino; SILVA, Bruno Oliveira e; SANTOS, Willian Batista dos. Acumulação flexível, técnicas de inovação e grande indústria do fitness: o caso Curves Brasil. **Pensar a Prática**, Goiânia, p. 237-259, jul./dez. 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Edunicamp, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Quéfren Weld Cardozo. Educação física, cultura e a produção de significados. **Educar em Revista**, v. 21, n. 26, p. 197-214, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/4736>. Acesso em: 3 dez. 2025.

QUELHAS, Álvaro de Azeredo; NOZAKI, Hajime Takeuchi. A formação do professor de Educação Física e as novas diretrizes curriculares frente aos avanços do capital. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 26, p. 69-87, jun. 2006.

SANT'ANNA DE SOUSA, Luan; ERNEST FRIZZO, Giovanni Felipe; ROOS DA SILVA ILHA, Franciele. A precarização do trabalho na indústria fitness: a informalidade como regra para professores e professoras de Educação Física. **Revista da ABET**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2025.

SANTOS JÚNIOR, Osvaldo Galdino dos. **Formação em Educação Física**: as concepções de professores e estudantes sobre a licenciatura e o bacharelado. 2013. 171 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

SILVA, Nathália Costa Melo e. **Transformações na indústria do fitness e o trabalho de professores de Educação Física**. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SOUSA NETO, Valmir Arruda de. **A nova morfologia da produção na indústria do fitness**: a plataformização do trabalho em Educação Física. 2023. 139 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SOUZA, Maristela da Silva; RAMOS, Fabricio Ruske. Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 52, p. 71-86, set. 2017.

TAFFAREL, Celi Zulke; LACKS, Solange; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Formação de Professores de Educação Física: estratégias e táticas. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 18, n. 26, p. 89-111, jun. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física – Licenciatura**. Belém: Faculdade de Educação Física, Instituto de Ciências da Educação, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências da Educação. **Relatório anual de atividades do Instituto de Ciências da Educação – 2017**. Belém: ICED/UFPA, 2018. Disponível em: <https://iced.ufpa.br/images/Relatorios%20anuais/ICED%20Relat%C3%B3rio%20anual%202017.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências da Educação. **Relatório anual de atividades: exercício 2020**. Belém: ICED/UFPA, 2020. Disponível em: https://iced.ufpa.br/images/PDF/RELATRIO_ICED_-_CORRIGIDO_para_o_site.pdf. Acesso em: 17 jul. 2026.

VIEIRA NETO, João Martins. Educação Física e indústria cultural. **Revista Estudos - Revista de Ciências Ambientais e Saúde (EVS)**, v. 36, n. 5, p. 1019-1044, 2009. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/1172>. Acesso em: 3 dez. 2025.